COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.123, DE 2012

Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários.

Autor: Deputado ALEXANDRE LEITE

Relatora: Deputada ANDREIA ZITO

I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe visa, primordialmente, estabelecer normas gerais para a privatização de diversos serviços penitenciários que não se relacionem com a guarda e a disciplina dos presos e com o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução penal.

Em síntese, o autor argumenta, em justificção à presente proposta que, na década passada, alguns estabelecimentos penitenciários experimentaram a gestão privada, mas sem nenhuma lei que regulamentasse a matéria, ficando tudo ao alvedrio/livre-arbítrio do Poder Executivo daquelas localidades. Segundo o autor, a ideia é adequada e pode efetivamente contribuir para a solução da gravíssima questão penitenciária no Brasil, mas necessita, urgentemente, da fixação por lei de seus parâmetros, de forma a resguardar a garantia de todos os direitos fundamentais e a conformidade às normas constitucionais sobre o tema.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

No que tange ao exame de mérito da matéria, consideramos serem sólidos os argumentos do autor do presente projeto, vez que concordamos quanto à necessidade urgente de modernizar o sistema penitenciário brasileiro dentro de um arcabouço normativo apropriado.

De fato, o atual cenário evidencia, de maneira inquestionável, que o sistema prisional pátrio atravessa uma das suas maiores crises, tornando extremamente bemvindas todas as medidas que se mostrem viáveis, técnica e economicamente, para a melhoria dos serviços penitenciários

Nesse sentido, entendemos que a presente proposta vai ao encontro da necessidade de induzir a modernização do sistema prisional e, ao mesmo tempo, desonerar a Administração Pública da prestação direta de diversos serviços penitenciários assessórios, que podem ser fornecidos de maneira adequada e vantajosa pelo sistema privado.

Ao estabelecer normas gerais para a privatização de serviços penitenciários, mediante acréscimo de artigos à Lei de Execução Penal, a proposta regulamenta adequadamente uma prática que se iniciou na década passada no Brasil sem a respectiva fixação dos parâmetros de controle, preservando a responsabilidade estatal indelegável nos aspectos relativos à integridade e à segurança do sistema prisional.

Em face do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.123, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ANDREIA ZITO
Relatora